
“SOMOS RAÍZES, SEGUIREMOS NA LUTA”: comunidade tradicional do Cajueiro contra a tentativa de instalação de um porto privado em São Luis/Maranhão

“WE ARE ROOTS, WE WILL FOLLOW THE FIGHT”: traditional community of
Cajueiro against the attempt to install a private port in São Luis/Maranhão

“SOMOS RAÍCES, SEGUIREMOS LA LUCHA”: comunidad tradicional de
Cajueiro contra el intento de instalar un puerto privado en São Luis/Maranhão

Luis Eduardo da Silva Costa¹

<https://doi.org/10.5935/2358-3541.2024133022-pt>

Resumo

A presente pesquisa versa sobre a comunidade tradicional do Cajueiro na Zona Rural II da cidade de São Luís/MA e integra um projeto de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A partir da realidade vivenciada na comunidade, objetivamos analisar o processo de construção das territorialidades na perspectiva dos Direitos Humanos e a luta pelo território no sentido de identificar suas dinâmicas territoriais, além de compreender a participação da comunidade na luta pelo território frente a ameaças diretas de um grande empreendimento portuário que, desde 2014, tenta se instalar na comunidade, ocasionando uma série de deslocamentos compulsórios. O estudo será fundamentado em pressupostos de teóricos que apresentam significativa importância na construção dos conceitos discutidos na análise do estudo de caso, notadamente: Grandes Empreendimentos e Desenvolvimento Econômico (Sant’ana Júnior, 2007, 2013, 2018; Esteva, 2000) Territórios (Haesbaert, 2009; Moreira, 2015). Nesse processo de violências de Estado crescente, observamos que condições distintas de interesses e demandas territoriais estão dispostas. De um lado, o empreendimento portuário desconhecendo o uso e propriedade da terra por parte da comunidade, sendo o território convertido em commodities a ser explorada e assim, gerar capital. De outro, a comunidade, usuária e detentora da terra, tendo que justificar suas atividades cotidianas, mostrando outra maneira de sobreviver no território, através de suas crenças e costumes seculares - contrárias às lógicas capitalistas dominantes.

Palavras-Chave: Cajueiro; Grandes empreendimentos; Desenvolvimento; Direitos Humanos; Comunidades tradicionais.

¹Licenciado em Ciências Sociais (UFMA); Integrante do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (UFMA); Mestrando em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH/UFPB). E-mail: luiseduardosjp@gmail.com.

Abstract

This research deals with the traditional community of Cajueiro in the Rural Zone II of the city of São Luís/MA and is part of a research project under development in the Postgraduate Program in Human Rights, Citizenship and Public Policies (PPGDH) of the Federal University of Paraíba (UFPB). From the reality experienced in the community, we aimed to analyze the process of construction of territorialities from the perspective of Human Rights and the struggle for the territory in order to identify its territorial dynamics, in addition to understanding the participation of the community in the struggle for the territory in the face of direct threats from a large port development that since 2014 has been trying to settle in the community, causing a series of compulsory displacements. The study will be based on theoretical assumptions that are significantly important in the construction of the concepts discussed in the case study analysis, notably: Large Enterprises and Economic Development (Sant'ana Júnior, 2007, 2013, 2018; Esteva, 2000) Territories (Haesbaert, 2009; Moreira, 2015). In this process of increasing State violence, we observe that different conditions of interests and territorial demands are disposed of. On the one hand, the port development, unaware of the use and ownership of the land by the community, with the territory being converted into commodities to be exploited and thus generate capital. On the other hand, the community, user and owner of the land, having to justify its daily habits, showing another way of surviving in the territory, through its secular beliefs and customs, contrary to the dominant capitalist logic.

Keywords: Cashew tree; Large undertakings; Development; Human rights; Traditional communities.

Resumen

La investigación que se describe trata sobre la comunidad tradicional de Cajueiro en la Zona Rural II de la ciudad de São Luís/MA. Es parte de un proyecto de investigación en desarrollo en el Programa de Posgrado en Derechos Humanos, Ciudadanía y Políticas Públicas (PPGDH) de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB). El objetivo de la investigación es analizar el proceso de construcción de territorialidades desde la perspectiva de los Derechos Humanos y la lucha por el territorio. Se busca identificar las dinámicas territoriales de la comunidad y comprender su participación en la lucha por el territorio, especialmente frente a las amenazas directas de un gran desarrollo portuario que intenta instalarse en la comunidad desde 2014, lo que ha provocado una serie de desplazamientos forzosos. El estudio se basa en supuestos teóricos significativamente importantes, en particular: Grandes Empresas y Desarrollo Económico (Sant'ana Júnior, 2007, 2013, 2018; Esteva, 2000) y Territorios (Haesbaert, 2009; Moreira, 2015). Estos conceptos son fundamentales para el análisis del caso de estudio. Se menciona que en el proceso de aumento de la violencia estatal, se observan diferentes condiciones de intereses y demandas territoriales. Por un lado, el desarrollo portuario desconoce el uso y la propiedad de la tierra por parte de la comunidad, tratando el territorio como mercancías para ser explotadas y generar capital. Por otro lado, la comunidad es usuaria y propietaria de la tierra y debe justificar sus hábitos cotidianos, mostrando otra forma de sobrevivir en el territorio a través de sus creencias y costumbres seculares, que son contrarias a la lógica capitalista dominante. Es importante mencionar que la redacción del texto parece estar bien estructurada y no presenta errores de escritura evidentes. El texto describe claramente el tema de investigación, los objetivos, el contexto y los supuestos teóricos

que guiarán el análisis del caso de estudio. Si necesitas más ayuda o tienes preguntas específicas sobre el contenido de la investigación, no dudes en preguntar.

Palabras Clave: Árbol de marañón; Grandes empresas; Desarrollo; Derechos Humanos; Comunidades tradicionales.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é uma análise do conflito que envolve a comunidade tradicional do Cajueiro e a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA. Este conflito iniciou-se em julho de 2014 e desencadeou várias revoltas populares até o final de 2022. O anúncio da construção de um porto, em julho de 2014, que se seguiu com reintegrações de posse, deslocamentos compulsórios e destruição das áreas de subsistência da comunidade, fez surgir a necessidade de compreender a relação que os moradores do Cajueiro tinham com seu território em oposição às lógicas capitalistas na zona rural II da cidade de São Luís no Estado do Maranhão, Brasil.

Dessa forma, o presente trabalho estará focado nos seguintes aspectos: constituir histórico e socialmente a formação da comunidade do Cajueiro; identificar a relação do Porto privado com a Estrada de Ferro Carajás; mapear e identificar as casas/moradias que existiram/existem no território; identificar quais são/foram as pessoas/famílias/comunidades deslocadas na tentativa da construção do porto privado; e as ações dos moradores na busca pela garantia da permanência no território em constante ameaça de desapropriação pelo empreendimento. Sendo assim, busco demonstrar como se constitui uma resistência centrada não somente na manutenção da permanência no local (Cajueiro), mas também em fatores que ligam essas pessoas/famílias ao território, e assim formulando uma definição para o elo entre moradia e Grandes empreendimentos.

A comunidade do Cajueiro, também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, constitui-se de cinco pequenos núcleos assim denominados: Parnauaçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro. Portanto, quando aqui nos referimos ao Cajueiro, o fazemos considerando o conjunto desses pequenos núcleos, que os próprios moradores reconhecem como sendo o que constitui essa comunidade em termos de configuração físico-geográfica e de representação comunitária, através da União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro².

² Informações contidas em: SANTOS, Dayanne da Silva; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. FÉ, TERRITÓRIO E LUTA: mobilização e resistência na comunidade tradicional do Cajueiro. VIII Jornada de Políticas Públicas/UFMA, 2017.

Para explicar o motivo da chegada do empreendimento na comunidade, focaremos na reflexão sobre o processo de ressignificação produtiva que se deu no Brasil, no final dos anos de 1980, momento em que se intensifica os laços entre o Estado brasileiro e os interesses do capital internacional, que na época avançou com mais proporção sobre os espaços de exploração mineral. Nesse contexto, destacamos o Programa Grande Carajás (PGC), que deu um passo significativo na largada inicial para a exploração da chamada Amazônia Oriental; observou-se que a própria instalação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) atendeu aos interesses de uma logística inovadora, mais versátil, inteligente e decisiva para o Mercado Internacional de commodities, uma vez que a maior parte da produção tem como destino a exportação.

Nessas especificidades, o Estado do Maranhão recebeu um importante papel: ser o corredor de exportação no processo de expropriação iniciado na Serra dos Carajás em Parauapebas do Estado do Pará com a extração dos minérios de Ferro e Manganês. O que restou para os dias de hoje, portanto, foram somente os problemas oriundos da exploração voraz dos territórios e comunidades atravessadas pela Estrada de Ferro Carajás³ e de seus arremates, o Complexo Portuário de Itaqui.

Sob forte influência do Complexo Portuário do Itaqui, o projeto em questão (novo porto privado), estão previstas instalações terrestres e marítimas visando o escoamento da celulose produzida pela empresa Suzano Papel e Celulose em sua fábrica na região de Imperatriz no Maranhão. Dessa forma, a empresa passaria a ter um terminal portuário próprio. Nos dias atuais, todo escoamento da produção de celulose é realizado pelo Porto do Itaqui, localizado em São Luís. Em meio às disputas políticas, moradores de povoados rurais lutam para garantir a existência de outros modelos de desenvolvimento na região com base na conservação ambiental e nos modos tradicionais de vida.

³A Estrada de Ferro Carajás foi inaugurada em 1985, uma das maiores mineradoras do mundo, A Vale S.A., é sua concessionária. Segundo a sua página eletrônica, ela "...tem 892 quilômetros de extensão, ligando a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, em Carajás, no sudoeste do Pará, ao Porto da Ponta da Madeira em São Luís (MA). Por seus trilhos, são transportados 120 milhões de toneladas de carga e 350 mil passageiros por ano". Atualmente a Vale está concluindo o processo de duplicação da ferrovia, o que permitirá, ainda segundo a empresa, nos próximos anos, transportar um total de 230 milhões de toneladas de carga ao ano (disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/expansao-estrada-carajas-projetos-sociais-maranhao.aspx>. Consultado em: 13/05/2022).

O processo de implantação de Grandes Empreendimentos - que posteriormente vieram a impactar as formas organizacionais da Cidade de São Luís, e mais especificamente a Zona Rural II, como a Estrada de Ferro Carajás frente a esses processos de expropriações e deslocamentos compulsórios que chegam às comunidades -, iniciou uma série de mobilizações por parte das comunidades para assim garantirem a sua permanência no território. Ademais, futuramente vão gerar novos conflitos frente à reestruturação de empreendimentos já existentes ou à instalação de novos empreendimentos que servirão de apoio aos empreendimentos antigos ou já instalados nessas comunidades. A instalação do novo porto privado segue sob forte influência do Complexo Portuário do Itaqui, que está situado da RESEX de Tauá-Mirim e próximo à praia do Cajueiro.

Entre as reivindicações de movimentos contrários à construção do porto privado na comunidade do Cajueiro, persistem formas diversas do uso social do território, como a pesca artesanal, a coleta de mariscos, o extrativismo vegetal, as áreas de encantarias, as águas e os pontos sagrados do território. Usaremos como cartada necessária para a sobrevivência da comunidade o pedido da criação da Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim. No entanto, se faz necessário lembrar que o pedido da criação da referida Unidade de Conservação (UC) é anterior ao conflito com a possível instalação do Terminal Portuário. A discussão em torno de uma possível instalação de uma RESEX data desde 1996, quando começou um acúmulo de discussões sobre esse projeto - ressaltando que a solicitação oficial para os órgãos gestores foi realizada em 2003, anterior às pretensões da WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais (Alves, 2014).

Nesse contexto, para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, será utilizado o método da pesquisa de campo. Essa, por sua vez, será fundamentada em ideias e pressupostos teóricos que apresentam significativa importância na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise: Grandes Empreendimentos, Desenvolvimento Econômico, Comunidades Tradicionais, Violências, Territórios etc. Dessa forma, o trabalho transcorre a partir do método conceitual-analítico, visto que serão utilizados conceitos e ideias de outros autores, semelhantes com os objetivos dessa pesquisa, para a construção de uma análise científica sobre o objeto de estudo. A exemplo: Sant'ana

Júnior (2007), Esteva (2000), Moreira (2017) entre outros que foram acionados no decorrer da escrita.

O método de pesquisa escolhido favorece uma liberdade na análise de mover-se por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir várias posições no decorrer do percurso e não tornando obrigatória a atribuição de uma resposta única e universal a respeito do objeto.

As referências teóricas sobre os *Grandes Empreendimentos* e as *Comunidades Tradicionais*, sob algumas características que serão apresentadas neste trabalho, não apresentam previsões irreversíveis, já que as possibilidades de análise são inúmeras quando se trata da expressão sociocultural de uma sociedade.

Tanto do ponto de vista do objeto da pesquisa como da abordagem metodológica, a fim de suprir essa problematização buscou-se articular uma análise dos conflitos envolvendo a instalação de projetos desenvolvimentistas (infraestrutura) na cidade de São Luís/MA em relação à usurpação do direito à moradia. A discussão proposta por Esteva (2000) sobre a problemática do uso do termo desenvolvimento nas diferentes esferas da vida social é fundamental nesse processo, assim como os trabalhos de Sant'Ana Júnior (2016, 2004), Brustolin (2019), Santos (2017), Silva (2012), Mendonça (2016), Ferreira (2014), entre outros que foram incorporados ao trabalho no decorrer do avanço da pesquisa que assim se fizeram necessários.

DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO

Para a construção dessa pesquisa, será adotada a conceituação de 'desenvolvimento' proposta por Gustavo Esteva. Segundo Esteva (2000), o termo é frequentemente empregado para descrever grandes projetos capitalistas, o que gerou um amplo espectro de ideias ao longo do tempo. Contudo, o interesse aqui recai sobre seu sentido de 'progresso', ou seja, uma 'evolução' que representa a etapa final de determinados processos, culminando em uma ascensão social e cultural nas regiões consideradas subdesenvolvidas.

Assim, Truman, em seu discurso de posse⁴ para o segundo mandato como Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), em 20 de janeiro de 1949, inaugura

⁴ "... temos de embarcar em um novo e arrojado programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas do mundo estão vivendo em condições próximas a miséria. Sua comida

um novo sentido à palavra Desenvolvimento; tudo que não era Desenvolvido passou a ser Subdesenvolvido, culminando em, “*do dia pra noite*”, milhões de pessoas passassem a ser subdesenvolvidas - e o que importava agora era sair dessa condição (Esteva, 2000).

As consequências desse novo projeto imperialista marcaram de forma definitiva as percepções que minimizam, excluem e passam a definir a identidade do outro. Essa concepção não começou a existir desde então, mas, a partir do momento em que se impõe uma situação de inferioridade e que se cria um “exemplo” a ser seguido, marginaliza-se uma identidade que, posteriormente, com a implementação dessa forma de progredir e de desenvolver áreas subdesenvolvidas, levou ao apagamento social, cultural e político de várias comunidades tradicionais localizadas às margens da lógica desenvolvimentista.

Com as cadeias de produção em nível industrial, que dentre as várias formas de vida social tornou-se determinante pós-revolução industrial, os estágios das potencialidades da vida humana foram modificados e alinhados a essa nova forma de concepção da vida social. Nesse sentido, o termo Desenvolvimento tornou uma hegemonia global de um modo de vida Ocidental e que acabou roubando de outras comunidades de culturas diferentes a capacidade de definir a sua cultura e seu próprio modo de vida, que, por ventura eram/são contrárias às lógicas de acumulação do capital. Essa, por sua vez, constitui a forma na qual o Desenvolvimento vai tomando a forma de influenciar no modo de vida de várias comunidades e principalmente como uma forma de justificar a imposição de um modo de vida sobre outro.

Os resultados ocasionados por essa nova premissa apenas reforçam o que já existia no mundo - pobreza e “atraso” -, deixando de lado a especificidade de cada nação, excluindo ontologias ancestrais. Coincidentemente, os países ditos “subdesenvolvidos” são os mesmos que séculos atrás foram furtados e violentados pelos processos de colonização (Mendonça, 2006). Porém, conforme será apresentado mais adiante, serão tecidas críticas sobre o que o sentido que o Desenvolvimento propõe, analisando que é a partir das consequências desse modo de conceber o mundo que se recriam novos conflitos.

é inadequada. São vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles como para áreas mais prósperas” (tradução disponível em SANT’ANA JÚNIOR; BRUSTOLIN; TEISSERENC, 2018. Pág. 6 e 7).

Em 1964, instaurou-se no Brasil uma “ditadura empresarial militar⁵” e é nesse momento da história do Brasil que as políticas desenvolvimentistas são incorporadas de forma mais efetiva pelo Estado. Durante o respectivo período (1964 – 1985), os diferentes governantes que se sucederam implementaram Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e Planos de Integração Nacional (PIN), com finalidades voltadas ao processo de industrialização do Brasil e para uma melhor articulação com áreas “distantes do Brasil”, assim alocando-as no processo de modernização proposto, sem alterar, consideravelmente, a estrutura fundiária do país, bem como a sua estrutura de classes sociais (Sant’ana Júnior, 2007).

A Amazônia brasileira, dentro da noção de integração nacional, concebe grandes projetos de desenvolvimento com o objetivo de articular-se à dinâmica de expansão capitalista nacional (Sant’ana Júnior, 2007). A exemplo, houve o início de ações desenvolvimentistas da Amazônia oriental, com destaque ao Programa Grande Carajás (PGC), criado em 1980 e cuja análise será aprofundada um pouco mais à frente.

As concepções de progresso e de desenvolvimento em curso iniciadas no Brasil em 1970 desconsideram populações locais, e as regiões visadas para sua expansão são consideradas como vazios demográficos. Populações locais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, seringueiros) que são invisibilizadas mobilizam-se e reagem ocasionando conflitos sociais em prol do controle e da conservação dos seus territórios ocupados há várias gerações. Os conflitos entre agentes da expansão capitalista, estatais ou privadas, e povos e grupos locais têm sido marcantes na implantação de projetos de desenvolvimento em toda a América Latina (Sant’ana Júnior, 2007).

Atualmente, todo o processo de expansão industrial que se deu a partir dos anos 1960 em alguns países latino-americanos encontra-se em um momento de reprimarização⁶, ocasionando a perda de força da produção industrial; em contrapartida, há a expansão acelerada de atividades econômicas voltadas à

⁵Denominação utilizada por Carlos Tautz (2014), inspirado no trabalho de pesquisa de René Dreifuss (1981), no qual é demonstrado que o golpe de 1964 não foi uma ação isolada das lideranças militares do país, mas contou com forte participação de parte do empresariado nacional e internacional.

⁶Reprimarização representa maior exportação relativa de produtos básicos em relação aos manufaturados e semimanufaturados, após o país exportador já ter alcançado situação inversa em anos anteriores.

mineração e ao agronegócio (cabe destacar a soja, o milho e o eucalipto), destinadas prioritariamente à exportação. Essas atividades, definidas como portadoras de potenciais do desenvolvimento, exigem uma maior demanda por terras ocupadas tradicionalmente por povos e comunidades usuárias e detentoras da terra, ampliando assim os conflitos que circundam esses territórios. Por conseguinte, assim como os períodos mencionados anteriormente, algumas características persistem, como a grande extração de riquezas locais de forma agressiva em relação a outras formas de sobrevivência. Muita riqueza é extraída, exportada e, em oposição ao que é divulgado nas propagandas governamentais e da iniciativa privada, geram miséria e diversos impactos (por vezes irreversíveis) para aqueles que resistem no local de instalação do empreendimento.

Nas décadas anteriores à Constituição Cidadã de 1988, comunidades afetadas por empreendimentos não tinham uma proteção jurídica específica a seu favor e que assim permitisse uma contraposição às políticas desenvolvimentistas com base em seus modos de vida e de suas territorialidades. Na Amazônia, assim como no Maranhão, a luta pela afirmação territorial aconteceu/acontece pré e pós Constituição de 1988, com grande repressão, contra as construções do desenvolvimento e contra os deslocamentos compulsórios (Almeida, 2008). Ou seja, o enfrentamento e a proposição de formas alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente imposto sempre estiveram presentes nesses movimentos de resistências oriundos das comunidades.

Posteriormente à Constituição Federal (CF) de 1988, institucionalizados os direitos socioambientais, uma série de dispositivos legais, instrumentos jurídicos e administrativos (audiências públicas, estudos de impactos ambientais, escuta prévia, mitigação etc.) foram instituídos. No entanto, o reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais e os processos de escuta em torno dos licenciamentos ambientais ou não são realizados, ou acontecem sem a devida escuta e participação das comunidades atingidas pelos empreendimentos - como o caso da comunidade do Cajueiro.

CARAJÁS: Uma “saga desbravadora” pela Amazônia Oriental

Todos os caminhos possíveis neste trabalho levam a Carajás, visto que é através do Programa Grande Carajás (PGC) que se insere o Maranhão na rota escoamento da produção mineral⁷. Dessa forma, ocasiona-se uma série de investimentos para a criação de uma ampla rede de infraestrutura com finalidade de incorporar um sistema produtivo baseado na exportação de produtos primários (*commodities*).

A implementação desse sistema produtivo não permite que riquezas produzidas sejam apropriadas localmente, a não ser em pequenas proporções e por reduzidos setores da elite local, que se colocam como intermediários para a garantia de processos de acumulação do capital (Sant'ana Júnior; Alves; Mendonça, 2007).

O Programa Grande Carajás constitui-se em um gigantesco plano de intervenção regional e que, sob o comando da, então, estatal Companhia Vale do Rio Doce (hoje privatizada e autodenominada apenas VALE S.A), abarcou uma área de aproximadamente 900.000 km da Amazônia oriental brasileira. Concebido para a exploração das minas de ferro do sudeste do Pará, materializou-se em um complexo mina-ferrovia-porto, ligando as minas localizadas nas proximidades de Marabá/Parauapebas no Pará ao complexo portuário de São Luís – MA (especialmente o Porto Ponta da Madeira, de propriedade da Vale), e atuou como “dinamizador” da economia regional, do desenvolvimento regional (Sant'ana Júnior; Brustolin; Teisserenc, 2018. Pág. 9).

As regiões sob influência do desenvolvimento proposto desde o início do Projeto Grande Carajás ficaram marcadas pela “agregação de valor” da modernizadora economia de expansão. Entre 1987 e 1988, foi firmado um convênio entre a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que mostrará uma outra perspectiva sobre os municípios “beneficiados” pelo Programa Grande Carajás (PGC). Os dados observados na publicação denominada “Carajás, aqui há Vagas: necessidade de treinamento de mão-de-obra em áreas de influência do Programa Grande Carajás – Maranhão (1990)” informa o seguinte quadro:

O nível de desemprego no Maranhão é bastante elevado, de uma população estimada pelo IBGE de 4.565.661, apenas 198.836 estavam empregados em 31.12.85, conforme o Anuário RAIS-85, dos quais 78.850 na administração pública. Com a implantação desses projetos, esperam-se grandes transformações econômicas e sociais nesses municípios (Carajás, 1990, p.21).

⁷ Principalmente o minério de ferro das gigantescas jazidas localizadas na Serra de Carajás – sudeste do estado do Pará.

Em 26 de julho de 2018, a Vale S.A. anunciou a conclusão da duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), aumentando o número de *commodities* exportados pela mineradora. O caminho perpassado pelos trilhos da EFC rumo ao desenvolvimento econômico, ou melhor, rumo ao progresso, antes de chegar aos portos de São Luís no Estado do Maranhão, atravessou e atropelou - literalmente - milhares de famílias e comunidades presentes ao longo da ferrovia.

Entre os dias 17 e 28 de março de 2013, o Relatório Mineração e Violações de Direitos: o Projeto Ferro Carajás S11D da Vale S.A (Dhesca, 2013) dimensionou o grau dos impactos da duplicação da EFC.

No caso da duplicação da EFC, que passa por 27 municípios, 28 unidades de conservação, 86 comunidades quilombolas e populações indígenas no Pará e no Maranhão, a Relatoria conversou com populações dos povoados de Nossa Senhora Aparecida e Alzira Mutran, em Marabá, no Pará, e Nova Vida, em Bom Jesus das Selvas, Centro dos Farias, em Buriticupu, e o quilombola de Santa Rosa dos Pretos e outras comunidades de Santa Rita, em Itapecuru-Mirim, no Maranhão [...]. As denúncias recebidas envolvem atropelamentos de pessoas e animais na EFC; acidentes nas obras de duplicação; ilegalidades no processo de licenciamento – ausência da exigência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), audiências públicas e consulta às populações indígenas e tradicionais; poluição do ar e do solo e das águas; a falta de informações para tratar das preocupações das comunidades ao longo dos trilhos; poluição sonora, trepidação e rachaduras das casas; desmatamento e assoreamento dos Igarapés; conflitos nas comunidades; e violações do direito à educação (Dhesca, 2013).

Dentro desses investimentos em uma infraestrutura já existente, a Vale⁸ direciona seu capital em ações, como medidas violadoras dos direitos humanos, garantindo matéria-prima para os mais diversos setores da indústria internacional e promovendo injúrias contra as populações do corredor norte de exportação, deixando por onde passa um cenário de destruição, morte e injustiças.

PORTO PRIVADO E O INÍCIO DO CONFLITO

Foi planejado mais um grande empreendimento para a Baía de São Marcos e adjacências; era, e ainda é, crescente a exportação de *commodities* e de tentativa de inserção da cidade de São Luís no processo de transnacionalização logística. Entretanto, deve-se considerar que, para a expansão dos mercados globalizados,

⁸ Vale S.A. é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país. É uma das maiores empresas de mineração do mundo e também a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel. Disponível em: <https://www.vale.com/pt/>, acesso em 20/09/2023.

haveria a incorporação de territórios e possíveis alterações na dinâmica social das populações locais (Moreira, 2015).

Em maio de 2013 a economia brasileira voltava-se para a questão da logística de transporte, com a votação do MP dos Portos (MP 595/2012), que traria as novas diretrizes para a hinterlândia nacional. Acompanhando o crescimento da exportação e das vantagens locais do Complexo Portuário de São Luís, a WPR Gestão de Portos e Terminais LTDA quis em 2014 ampliar os seus negócios no estado do Maranhão e ao mesmo tempo consolidar acordos e contratos de longo prazo com parceiros internacionais, catalisando ainda mais conflitos ambientais (Moreira, 2015. Pág. 31).

Na ocasião, WPR Gestão de Portos e Terminais LTDA seria a concessionária do empreendimento que visava instalar-se na Zona Rural II de São Luís, além de outras empresas dos setores minero-metalúrgico e de celulose (parcerias ainda em projeção). A instalação da estrutura de escoamento, denominada Terminal Portuário de São Luís (TPSL), composta por terminais e portêineres, estava prevista para 2014 e o início das operações datava a partir de 2017. O empreendimento portuário causou certa insegurança nas comunidades localizadas na possível área de instalação do porto, particularmente no Cajueiro. Estava, então, dada a largada para mais uma fase da expansão da logística portuária rumo ao exterior na cidade de São Luís, estado do Maranhão. Sendo assim,

[...]Observando isso, lembremos que o Capitalismo, por seu turno, é seletivo, não se expandindo aleatoriamente sem prévia especulação espoliativa que o move em direção às terras de grupos sociais vulneráveis. A sincronização do Complexo Portuário de São Luís com outras obras de mesmo porte, como o Canal do Panamá. Foi essencial para que essa expansão fosse realizada pelas articulações entre o local e o global, no qual o tempo preciso (gerido pelo Capital) permitisse o estreitamento das relações periféricas e centrais em favor da acumulação, na qual o fluxo de commodities passou a compartimentar as atividades logísticas marcadas pelo valor do progresso bastante distinto, alterando relações históricas de populações locais com a natureza (Moreira, 2015. Pág. 32).

Nesse sentido, a presença de seguranças armados no local ameaçando moradores, a derrubada de casas por tratores, a constante movimentação de máquinas pesadas e a coação de representantes da empresa WPR fez com que o líder comunitário, Clóves Amorim, acionasse o Grupo GEDMMA à procura de apoio para uma reunião que aconteceria na residência da Presidente do Clube de Mães do Cajueiro, em 30 de julho de 2014 (Moreira, 2015).

O avanço do Capital não só ameaçava/ameaçava o Cajueiro, como também toda a área pretendida para a instalação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, uma vez

que a região denominada de Parnauaçu encontra-se dentro da área pretendida para a RESEX⁹. Usado como forma de ser estabelecida a distinção em relação a valores e práticas capitalistas, aparece o papel essencial da territorialidade.

A solicitação da criação da RESEX de Tauá-mirim foi/é uma das principais ferramentas dos moradores que ainda resistem contra o empreendimento no Cajueiro, cabendo ressaltar que a territorialização das lutas políticas fica mais forte quando o território em disputa é objeto de reivindicações, a momento convoco Rogério Haesbaert, quando ele dinamiza a relação exposta entre as lutas travadas em territórios tradicionais. “Uma hibridação entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura e entre a materialidade e identidade, numa complexa interação espaço-tempo” (Haesbaert, 2009, p.79). Dessa forma, entram em jogo estratégias políticas, atualizadas pela dinâmica desse território em disputa, com vistas à constituição de alianças ou redes de alianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da Amazônia Oriental no processo de capitalização via espoliação de *comodities* atendeu/atende somente aos interesses da expansão do grande capital, o que se tornou recorrente na Amazônia nos diferentes momentos históricos, como no ciclo da borracha e, mais brevemente representado pela exploração mineral. Em todos esses momentos históricos, a principal agenda era explorar os recursos naturais contidos no território.

Decisivamente apresentado pelo Governo do Estado do Maranhão e pela WPR como um projeto de importância nacional capaz de atender aos diferentes interesses voltados para o setor de transporte “via integração competitiva ao mercado mundial” (Moreira, 2015), o projeto do Terminal Portuário de São Luís foi notável no setor portuário brasileiro, desde as privatizações e benefícios proporcionados ao capital financeiro (nacional/internacional).

Nesse contexto, as ações de violências, expulsões, despejos e deslocamentos compulsórios no processo de urbanização da grande São Luís são históricas, dinâmicas e conjunturais. Nesse artigo, buscou-se entender como os

⁹ Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (RESEX) que abrange 12 comunidades localizadas na zona rural II de São Luís/MA. Mais informações em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/08/24/criacao-da-resex-de-taua-mirim-e-sua-importancia-para-sao-luis-artigo-de-horacio-antunes-de-santana-junior-e-elena-steinhorst-damasceno/>.

grandes empreendimentos influenciam na questão do território das comunidades tradicionais da Zona Rural II de São Luís, visto que historicamente a cidade teve forte influência de projetos desenvolvimentistas no seu processo de ocupação e com isso a necessidade, quase constante, de remanejamento/expulsões de pessoas de determinadas áreas/comunidades para instalação de grandes empreendimentos ora públicos, privados ou públicos e privados - como vem a ser o caso do porto São Luís, da empresa WPR, na comunidade tradicional do Cajueiro.

No processo de expansão urbana da cidade de São Luís, é importante dar visibilidade para regimes de violências antigas que resultam de decisões/relações de poder centradas em uma estrutura desenvolvimentista que impõe “vazios demográficos” em áreas povoadas por pessoas/cidadãos lidos como de segunda ou de terceira classe. O não reconhecimento de determinadas populações dentro do contexto considerado rural é uma estratégia antiga de camuflar as violências sobre corpos situados no limite da (in)visibilidade, à margem da produção da sociedade brasileira.

Nesse processo de violências de Estado crescente, veremos que condições diferentes estão dispostas. De um lado, o empreendimento portuário, desconhecendo o uso e propriedade da terra por parte da comunidade, o território é convertido em *commodities* a serem exploradas e gerar capital. De outro lado, a comunidade, usuária e detentora da terra tendo que justificar suas atividades cotidianas; mostrando outra maneira de sobreviver dentro do território, através de suas crenças e costumes seculares, contrárias às lógicas capitalistas dominantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.R. **Gestão Ambiental para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro:** Thex, 2008.

ALVES, Elio de Jesus P. **Repertórios e Argumentos da Mobilização Política:** um estudo sobre o movimento Reage São Luís em São Luis-MA. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2014.

CARAJÁS: **NECESSIDADES DE TREINAMENTO DE MÃO - DE – OBRA EM ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO PROGRAMA GRANDE CARAJÁS:** Maranhão. São Luís: EDUFMA, 1990.

DHESCA. Informe Preliminar. **Missão: violações de direitos decorrentes do complexo de extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro no Pará e no Maranhão**, 2013.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59- 83.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.

MENDONÇA, Bartolomeu R. **Entre as Durezas da Vida e do Ferro, no Tempo do Aço**. São Luís – MA: UFMA. Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, 2006.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES**: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. Dissertação de Mestrado. São Luís: UFMA/PPGCS, 2015.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia. **Da ideia de desenvolvimento, das ações e de confrontos**: uma introdução. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luís: EDUFMA, 2018, p. 5-20.

SANT'ANA JÚNIOR, H.A; ALVES, Elio de Jesus P; MENDONÇA, Bartolomeu R. **Projetos de Desenvolvimento, impactos socioambientais e a Reserva do Taim**. Ciências Humanas em Revista, Universidade Federal do Maranhão, v.5, p.29-40, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de A. **Carajás 30 anos**: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia Oriental. Vias de Fato, São Luis-MA, 2013.
SANTOS, Dayanne da Silva; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **FÉ, TERRITÓRIO E LUTA**: mobilização e resistência na comunidade tradicional do Cajueiro. VIII Jornada de Políticas Públicas/UFMA, 2017.